



## Conexões de acesso informacional de gerações quilombolas

### *Informational access connections of quilombola generations*

**Jaires Oliveira Santos Guterres** 

Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[jaires@ufba.br](mailto:jaires@ufba.br)

**Kátia de Oliveira Rodrigues** 

Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[katiarodrigues10@gmail.com](mailto:katiarodrigues10@gmail.com)

**Bianca Rodrigues de Oliveira** 

Mestranda em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[bianca75300@gmail.com](mailto:bianca75300@gmail.com)

**Marcely Moreira Santos** 

Graduada em Biblioteconomia e Documentação  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[marcely1908@hotmail.com](mailto:marcely1908@hotmail.com)

**Valdinéia Barreto Ferreira** 

Doutora em Ciência da Informação  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
[neiabf@ufba.br](mailto:neiabf@ufba.br)

#### Resumo

O acesso competente a informações é crucial para a construção de conhecimento e favorece a emancipação das pessoas quilombolas. Por isso, intenta-se compreender a percepção de gerações quilombolas acerca do acesso informacional. Para atender a essa pretensão, enveredou-se pela pesquisa qualitativa, na Comunidade Remanescente de Quilombo de Praia Grande, em Ilha de Maré, localizada na cidade de Salvador, na Bahia. As técnicas de pesquisa eleitas foram a entrevista e a aplicação de formulário. Os resultados nos direcionam ao entendimento de que para os adultos o acesso à informação se mostrou deficitário, em função de que precisavam se dedicar ao trabalho. As crianças, por sua vez, acessam recursos informacionais na escola, contudo, admitem que os pais mediam o acesso à leitura em seus lares e que tendem, outrossim, a acessar as mídias sociais. Conclui-se, portanto, que as ações de promoção de competência em informação e práticas leitoras pode contribuir para que acessem recursos informacionais dos quais necessitam no seu cotidiano, especialmente no que se refere ao aprendizado e para que se emancipem, enquanto cidadãos.

**Palavras-chave:** acesso à informação; comunidade quilombola; BiblioQuilombola.

#### Abstract

*Competent access to information is crucial for the construction of knowledge and favors the emancipation of quilombola people. Therefore, the aim is to understand the perception of quilombola generations regarding access to information resources. To meet this intention, qualitative research was undertaken in the Quilombo Remaining Community of Praia Grande, on Ilha de Maré, located in the city of Salvador, at Bahia Brazilian's State. The research techniques chosen were the interview and the application of a form. The results lead us to the understanding that for adults, access to information proved to be deficient, as they needed to dedicate themselves to work. Children, in turn, access information resources at school, however, they admit that parents mediate access to reading*



doi: [10.28998/cirev.2026v13e17687](https://doi.org/10.28998/cirev.2026v13e17687)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 03/05/2024

Aceito em: 02/12/2025

Publicado em: 22/01/2026

*in their homes and that they also tend to access social media. It is concluded, therefore, that actions to promote Information literacy and reading practices can help them access information resources that they need in their daily lives, especially with regard to learning and to emancipate themselves as citizens.*

**Keywords:** *access to Information; quilombola community; BiblioQuilombola.*

## 1 INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas, historicamente, enfrentam dificuldades relacionadas à oferta de serviços básicos por parte dos poderes públicos, a exemplo de segurança, saúde, saneamento básico e acesso à informação registrada, disponível em equipamentos culturais, como bibliotecas e/ou outras unidades informacionais. Esse cenário é agravado tanto pelo distanciamento geográfico das comunidades em relação aos centros urbanos quanto pela própria invisibilidade dessas populações perante o Estado.

O atendimento aos serviços básicos pelo Estado deveria ser efetivado com políticas públicas voltadas aos quilombolas, especialmente para as comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O Governo Federal determina que ao receberem o título de comunidade quilombola, estas devem ser contempladas com o Programa Aquilombola Brasil<sup>1</sup> que tem como “[...] finalidade de promover medidas intersetoriais para a garantia dos direitos da população quilombola no País” (Brasil, 2023).

O referido programa está estruturada em quatro eixos: 1) acesso à terra e ao território - que corresponde ao processo que tem início com a certificação e finaliza com a titulação dos espaços ocupados; 2) infraestrutura e qualidade de vida – corresponde a destinação de recursos para obras de habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso, além de equipamentos sociais voltados à educação, saúde e assistência social; 3) inclusão produtiva e desenvolvimento local – refere-se a viabilizar a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades, por meio do progresso e da autonomia econômica; e 4) direitos e cidadania – diz respeito ao fomento a distintas iniciativas que buscam garantir os direitos das pessoas quilombolas, viabilizadas por órgãos públicos e organizações da sociedade civil (Brasil, 2023).

Em vista disso, é possível visualizar a responsabilidade social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação imersa na referida agenda, em vista de que a competência para o uso de recursos informacionais capacita as pessoas quilombolas para que possam participar efetivamente desse processo de efetivação das políticas públicas destinadas a seu povo. Por isso, o programa BiblioQuilombola, que congrega iniciativas de pesquisa e extensão, tem desenvolvido ações de promoção de competência em informação e práticas leitoras em Comunidades Quilombolas.

Cabe-nos, nesta oportunidade, trazer à luz um aspecto da experiência com a comunidade de Praia Grande, localizada em Ilha de Maré, na cidade de Salvador (BA), que embora reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2005, evidencia-se dificuldades enfrentadas pelos sujeitos, notadamente no processo de acesso e uso informacional. Dito

---

<sup>1</sup> O Aquilomba Brasil é um programa do governo federal que visa garantir os direitos da população quilombola. Trata-se de uma ampliação do Brasil Quilombola (Brasil, 2024).

isto, o presente artigo tem como objetivo compreender a percepção de gerações quilombolas acerca do acesso informacional.

## **2 QUILOMBOS COMO ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA**

Num panorama nacional, nota-se que os quilombos se mantêm isolados da sociedade, em decorrência de distintos fatores, entre eles as designações étnicas pautadas em conceitos antropológicos e históricos, que por diversas vezes assumem um tom pejorativo e excludente e, paulatinamente, dão lugar a uma narrativa majoritária de resistência. Rodrigues, Rezende e Nunes (2019) refletem que mesmo após a abolição da escravidão, os quilombolas permanecem articulados como comunidade, especialmente no que tange a sua relação com o trabalho e o manuseio das terras. Contudo, sabe-se que, historicamente, a vida dos ex - escravizados foi marcada por grandes violações dos direitos humanos, como a exploração da força do trabalho, remuneração incipiente e/ou mediante sujeição de moradia e alimentação.

Por volta de 1889, com a instalação da ordem republicana o termo quilombo “[...] deixa de ser usado pela ordem repressiva para tornar-se metáfora corrente nos discursos políticos, como signo de resistência” (Arruti, 2008, p. 318). Vale lembrar, que a reformulação desse conceito ocorreu como resultado dos esforços do Movimento Negro, que introduziu na Assembleia Nacional Constituinte pautas relacionadas não só aos territórios quilombolas, mas também às questões sobre equidade social e atenção às demandas específicas destas comunidades.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022) revela que os Quilombolas estão presentes em 1.696 municípios brasileiros. A Bahia e o Maranhão concentram 50,16% da população quilombola do país e a Bahia desponta como o estado com maior quantidade de quilombolas: 397.059 pessoas, o que corresponde a 29,90% da população quilombola recenseada. E, apesar da Bahia liderar o ranking de comunidades reconhecidas, os problemas enfrentados são inúmeros, a exemplo da ausência de equipamento cultural, como a biblioteca, que apoiaria os sujeitos, para que possam acessar informações, das quais necessitam para resolver demandas que emergem das suas vivências cotidianas.

Dados da Fundação Pedro Calmon demonstram que a Bahia, no ano de 2015, possuía 442 bibliotecas públicas, entretanto, não há dados mais recentes sobre esse quantitativo. As bibliotecas públicas disponíveis na Bahia além de serem insuficientes para atender a totalidade de municípios do estado, elas estão geograficamente distantes dos quilombos, o que inviabiliza o acesso a esse tipo de equipamento cultural pelos sujeitos que vivem nestas comunidades.

Esta tipologia de biblioteca desempenha papel fundamental para a sociedade, ao possibilitar acesso à informação e à leitura, estimulando seus usuários, desde criança, às práticas leitoras, o que pode viabilizar o desenvolvimento e o emprego de competência em informação. Lourenço (2020) evidencia o papel social da biblioteca, que consiste em combater “as discriminações no acesso ao conhecimento, desenvolvendo o espírito crítico [...]” das pessoas e, certamente, vislumbrar uma sociedade mais justa. Santos e Pieruccini (2011) esclarecem que o contato com a leitura desde a infância facilita a interpretação e apropriação de conteúdo, pois, as crianças apresentam maior disposição e facilidade ao lidar com novos conhecimentos que lhes são apresentados.

### 3 ACESSO À INFORMAÇÃO EM COMUNIDADE QUILOMBOLA

A informação constitui-se fator fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica do sujeito, potencializando o desenvolvimento individual e social, como esclarece Varela (2007, p. 29), “o grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser evidenciado pela qualidade da informação disponível para a sua comunidade”. Neste contexto, a informação é um recurso indispensável para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores do sujeito. Para tanto, faz-se necessário que esta informação seja significativa e atenda as demandas daqueles que terão acesso.

Inicialmente, a informação era transmitida oralmente, pois, existem evidências históricas que a cultura oral foi a primeira estratégia de troca de saberes, passada de geração a geração. Hampaté Bâ (2010, p. 167) diz que “[...] nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos”, expondo, dessa forma, a relevância que a tradição oral possui entre as pessoas quilombolas.

Ainda sobre as peculiaridades do acesso à informação realizada oralmente entre as gerações, Pena, Freitas e Cardim (2011, p. 3386) elucidam que “na pesca artesanal o trabalho na infância e na adolescência tem uma consolidação cultural e social. Constitui-se o período de aprendizado dos modos de praticar a extração do marisco e da pesca”. Na perspectiva dos autores, muito mais que transmitir a informação, a oralidade entre eles é uma estratégia de manutenção identitária.

Apesar da permanência da cultura oral entre alguns povos, observa-se que com o transcorrer do tempo, outras estratégias foram sendo implementadas além da oralidade, para se transmitir informação, a exemplo da escrita. No século XV cita-se a prensa dos tipos móveis de Gutenberg, que revolucionou o acesso à informação registrada para parte da sociedade ao imprimir através dos tipos móveis, os primeiros livros. Apesar do avanço tecnológico, alguns permaneciam excluídos do acesso à informação através do livro, como não letrados - negros. Para estes, o acesso à informação permaneceu oral, por longo período da história. Coutinho (2017) ao discutir sobre a oralidade em comunidades quilombolas,

[...] ratifica a complexidade das relações culturais em ebulição, visto que grande parte do conhecimento necessário à sobrevivência cultural e econômica da comunidade não se encontra armazenada em suportes escritos, mas inscreve-se na memória discursiva de seus moradores e moradoras, sendo cuidadosamente compartilhado com as novas gerações.

Embora compreenda-se a riqueza do acesso à informação através da oralidade, em especial para as comunidades quilombolas, aventa-se que se faz necessária a materialização e reflexão acerca desses saberes, o que ajuda na compreensão dos contornos da construção identitária de um povo. Smit (2011) reitera que a informação para ser acessada pelas futuras gerações precisa ser preservada, seja ela física ou digital, em instituições, pois elas sempre existirão e serão indispensáveis no processo de viabilizar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade. Sabe-se que a informação é considerada um direito essencial em uma sociedade democrática, pois há uma relação direta entre o acesso a recursos informacionais e a cidadania. Como releva Franco (2021, p. 3), o referido acesso “[...] perpassa diretamente as possibilidades de desenvolvimento integral de uma comunidade no

que diz respeito à atuação social, política, educacional e econômica”. Para tanto, faz-se necessário que esta informação esteja registrada em algum suporte, a exemplo do livro.

Ao refletir sobre o acesso à informação em comunidades quilombolas, através do livro, busca-se inserir estes sujeitos na sociedade, sem negligenciar suas trajetórias históricas individuais e coletivas e assim promover o protagonismo, que reverbere para a coletividade. Nesta realidade social, a internet também assume papel importante, possibilitando que o até então consumidor de informação possa assumir também o papel de produtor de informação. Corteze e Juvêncio (2022, p. 86) advertem que “com a Internet, a facilidade para a expressão e expansão da informação e do conhecimento tornou-se maior, proporcionando a uma parte privilegiada da população acesso a dados antes quase impossíveis de serem resgatados por meios tradicionais”. Embora a reflexão dos autores seja animadora, o acesso à internet nem sempre faz parte da realidade dos sujeitos que vivem em comunidades quilombolas.

Nestas comunidades, o acesso à informação registrada está diretamente vinculado aos livros didáticos e paradidáticos disponibilizados nas instituições de ensino, poucos são os sujeitos que possuem acesso à internet de qualidade, livros e/ou outros recursos informacionais em sua casa. Além de vivenciarem a ausência de biblioteca, ponto de leitura, ou outro equipamento cultural na própria comunidade em que vive.

Entende-se que as instituições de ensino desempenham papel fundamental no desenvolvimento da aprendizagem, por conseguinte, na promoção de competência em informação. Contudo, compreende-se que as escolas não devem ser o único *lôcus* de acesso à informação registrada, assim, faz-se necessária a implementação de biblioteca e/ou unidades informacionais que estimulem o empoderamento dos sujeitos, para que tenham voz frente ao Estado, reivindicando a efetivação de políticas públicas que fortaleçam a sua comunidade e corrobore para o seu protagonismo social.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de nível descritivo e foi realizada na Comunidade Quilombola de Praia Grande, em Ilha de Maré, localizada na cidade de Salvador, na Bahia. A seleção da referida comunidade como *lôcus* da pesquisa ocorreu pela proximidade à capital baiana e, nessa ocasião, estávamos com a incursão a campo do BiblioQuilombola, o qual contempla projetos de pesquisa e extensão no campo da competência em informação e práticas leitoras em comunidades quilombolas (Santos; Rodrigues; Ferreira, 2020). A equipe é formada por docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pessoas Bibliotecárias e estudantes de distintas graduações da UFBA e da Universidade Federal de Sergipe.

A Ilha de Maré possui como principais atividades econômicas a pesca artesanal, o turismo e o artesanato, pois, como afirma Pena, Freitas e Cardin (2011, p. 3384), “a população afrodescendente é formada, essencialmente, de famílias de pescadores artesanais e mariscadeiras”. A coleta dos dados ocorreu em duas etapas, sendo a primeira etapa a entrevista, realizada com 3 (três) adultos. Quanto à segunda etapa, decidiu-se por aplicar um formulário com questões fechadas, com 19 (dezenove) crianças.

O BiblioQuilombola esteve desenvolvendo ações presenciais e remotas na e acerca da Comunidade no período de 2019 ao primeiro semestre de 2023. Esclarece-se que todos os participantes da pesquisa são moradores nativos da comunidade, os adultos assinaram o

Termo de Livre Consentimento, autorizando a utilização das suas contribuições em produções científicas. Sobre as crianças, estas estudavam na escola pública da própria comunidade e o Termo de Livre Consentimento foi expedido pela direção da instituição.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da pesquisa, que teve como objetivo, compreender a percepção de gerações quilombolas acerca do acesso informacional. Para tanto, decidiu-se por apresentá-los estruturados em duas subseções – a primeira expõe a percepção dos adultos e a segunda subseção, a percepção das crianças.

### Percepção dos adultos quilombolas

Antes de adentrar na temática leitura, decidiu-se por contextualizar a Comunidade Quilombola de Praia Grande, de Ilha de Maré, a partir dos olhares dos adultos. Durante a entrevista solicitou-se que narrassem sobre como era ser nativo da comunidade. Para os entrevistados, morar próximo a natureza é o epicentro do prazer de ter nascido e continuar vivendo na comunidade onde seus antepassados nasceram, como revela o fragmento da narrativa de M01 e M02 “*a gente vive em contato constante com a natureza*” e “*eu sou suspeita em falar, porque eu sou nativa*”, respectivamente.

*É boa [...] a gente vive em contato com a natureza, sabe... Apesar da poluição, apesar da falta de entendimento das pessoas de preservar o meio ambiente, é ótimo que a gente vive em constante contato com a natureza, a gente conhece as pessoas todo mundo se conhece, quando chega aqui. [...] Quem é fulano? Aonde é a casa? A gente leva na casa, a gente tem esse contado, sabe?! Agora tem as dificuldades [...] (M01).*

*[...] eu sou suspeita em falar porque eu sou nativa, eu sou daqui da região, nasci aqui, é assim, para mim é muito prazeroso [...]. (M02).*

*[...] sobre isso não tem problema, gosto de ficar aqui [...]. [Quando] eu era criança já ia mariscar, voltava com o pé cheio de betume [...]. Não tinha nem roupa direito, minha mãe fazia roupa para a gente mariscar (M03).*

Embora os entrevistados manifestem satisfação em viver na comunidade, em alguns momentos, evidencia-se em suas falas, a ausência de conscientização de membros da comunidade acerca da preservação do meio ambiente e de políticas públicas que subsidiem serviços básicos ao cidadão. O que descortina um cenário de fragilidade destes sujeitos na tomada de consciência de que é preciso lutar pela manutenção da fauna e flora do ambiente onde vivem. Nessa conjuntura, admite-se que o entrelaçamento entre a “leitura de mundo” e “leitura das palavras” são imprescindíveis para uma leitura crítica, como afirma Freire (1981, p. 20) “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”.

Em Praia Grande, Ilha de Maré, a prática de leitura crítica tende a ser diminuta entre alguns adultos, visto que, em sua grande maioria, estes sujeitos não tiveram a oportunidade de estudar quando crianças. Como afirma M03, a luta pela sobrevivência era imperativa na sua infância.

*[...] a gente não tinha boa vida, a gente tinha era trabalho, todo dia eu ia mariscar, tinha que trabalhar para comer. Na verdade, não sabia nem o que era pão, o que dava [para comer,] era mais coisa que a gente plantava aqui, banana, essas coisas, batata [...].*

Este trecho da narrativa de M03 corrobora com o estudo realizado em Ilha de Maré por Pena, Freitas e Cardim (2011, p. 3386), em que os autores asseguram que “o trabalho infantojuvenil afasta ainda as crianças e os adolescentes das atividades escolares, essenciais para sua formação humana”. Esta evidência nos faz refletir sobre a meritocracia entre as crianças da comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, e as crianças que não necessitam “trabalhar para comer”. Uma urgência que dificulta e/ou impossibilita o protagonismo, viabilizado tanto a partir da “leitura de mundo” quanto da “leitura das palavras”.

A comunidade dispõe de uma escola pública, onde a equipe atua efetivamente para o acesso ao livro e a leitura, o alcance deste serviço limita-se apenas às crianças e adolescentes que estudam na escola. Os adultos, por sua vez, não contam com equipamentos culturais que possam utilizar para acessar informações, visto que na comunidade não há bibliotecas públicas e/ou pontos de leituras, como explicita M02 – “[...] a gente não tem uma biblioteca [...]”.

Ao serem questionados(as) sobre um possível ponto de leitura na comunidade M03 é enfático, ao afirmar que “não vejo o pessoal gostar de ler aqui não”, que pode estar associado a urgência do trabalho precoce ou a ausência do Estado na comunidade. O que nos possibilita inferir que o vivido na infância pode estar sendo reproduzido e impactando na geração mais jovem, conforme afirma M03:

*[...] eu mesmo não leio nada [...] os menino[s] fica[m] o dia todo na praia jogando bola, não quer saber de nada. Antigamente, os pais não deixavam a gente assim na rua, era mais para maré, procurando coisa para comer [...] plantando banana [...].*

Ao abordar temas do passado de sua vida, lembrando aspectos comuns do dia a dia dos moradores de sua comunidade, onde o principal meio de sobrevivência vinha da pesca e do plantio, M03 revela como ocorria a troca de saberes entre as gerações. A “maré” para os moradores da comunidade, simboliza a sobrevivência, é deste local que é extraído o sustento da grande maioria da população e para que isto permaneça, é necessário que os adultos transmitam a “[...] herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo [...]”, como afirma Hampaté Bâ (2010, p. 167).

A narrativa de M03 também revela a ausência de familiaridade com as tecnologias de informação e comunicação, fato que pode estar associado às limitações de acesso ao livro e a leitura vivenciada na infância pelos adultos da comunidade, impossibilitando-o de emancipar-se no contexto de acesso e uso informacional.

*[atualmente] [...] tem zap, mas eu ainda não entendi muito disso não, não sei nada disso me atrapalhava todo, esse [celular] aqui eu aperto aqui, e já atendo, quando alguém liga eu aperto aqui, [o que] já é um avanço, porque até para aprender esse aqui foi difícil (M03).*

Na tentativa de estar conectado, M03 opta por utilizar um celular mais simples, em que apenas atende as chamadas, pois afirma que enfrenta dificuldades para acessar os recursos

da telefonia móvel. O trecho da narrativa de M03, comprova o que Corteze e Juvêncio (2022) chamam atenção do privilégio que parte da população alcança no que se refere ao uso efetivo da Internet, o que não identificamos na fala de M03.

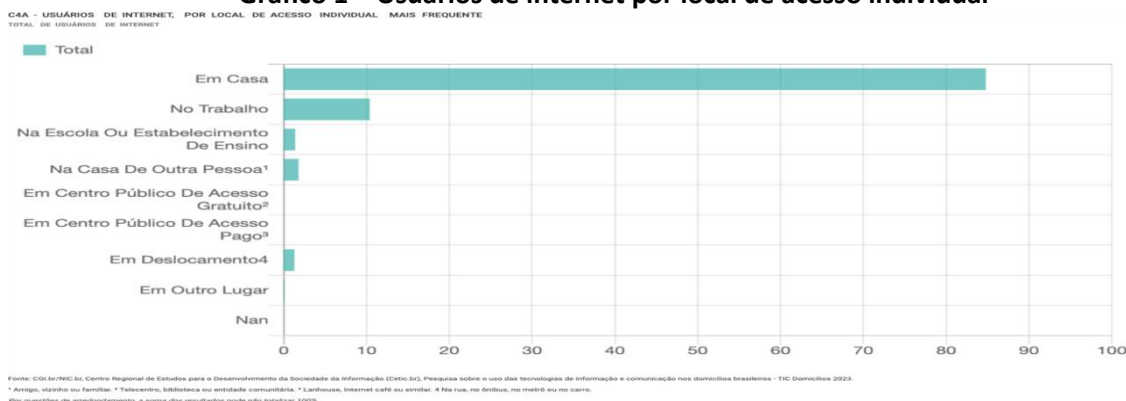
### Percepção das crianças quilombolas

Para iniciarmos o debate acerca da percepção dos respondentes, cabe-nos identificá-los. Quanto à faixa etária, percebeu-se que 16 (83,4%) das crianças possuem de 8 a 10 anos e 3 (15,8%) estão na faixa etária de 11 a 15 anos. São crianças em idade escolar, matriculadas no Ensino Fundamental, ademais, mais de 80,0% delas declararam morar com seus pais. Quanto à sua identificação étnico-racial, prevalece crianças que se autodeclararam “Preto” - 10 (52,6%) e “Pardo” - 2 (10,5%), contudo, houve 06 delas, aproximadamente 32,0%, que se identificam como brancas.

Esse último dado elucida as dificuldades enfrentadas na autoidentificação, o que é patente entre as pessoas negras e quilombolas, embora as características físicas e a sua ancestralidade confirmem essa premissa. Sobre essa perspectiva Niemeyer (2002) diz que a situação em tela é acirrada pela imagem negativa que eles atribuem a si mesmos, em função da construção histórica de uma sociedade extremamente racista. Além disso, a incipiente formação dos professores da educação básica para lidar com essas situações no ambiente escolar, desponta como mais uma agravante que contribui para essa dificuldade de autoidentificação.

Na comunidade investigada, apesar da ausência de alguns recursos, 16 (84,2%) crianças informaram que têm acesso à internet em “Casa”, seguido da opção “Casa de amigos e parentes”, informado por 2 (10,5%) crianças, a opção “Lan house” e “Não tem” foram marcadas por 1 (5,3%) das crianças respondentes. Enquanto a opção “Escola”, nenhuma criança marcou. Isso dialoga com a pesquisa da Cetic.br (2023), Gráfico 1 a qual assevera que 84,8% das pessoas usam internet em casa e apenas 1,4% o fazem em escolas ou instituições de ensino.

**Gráfico 1 – Usuários de internet por local de acesso individual**



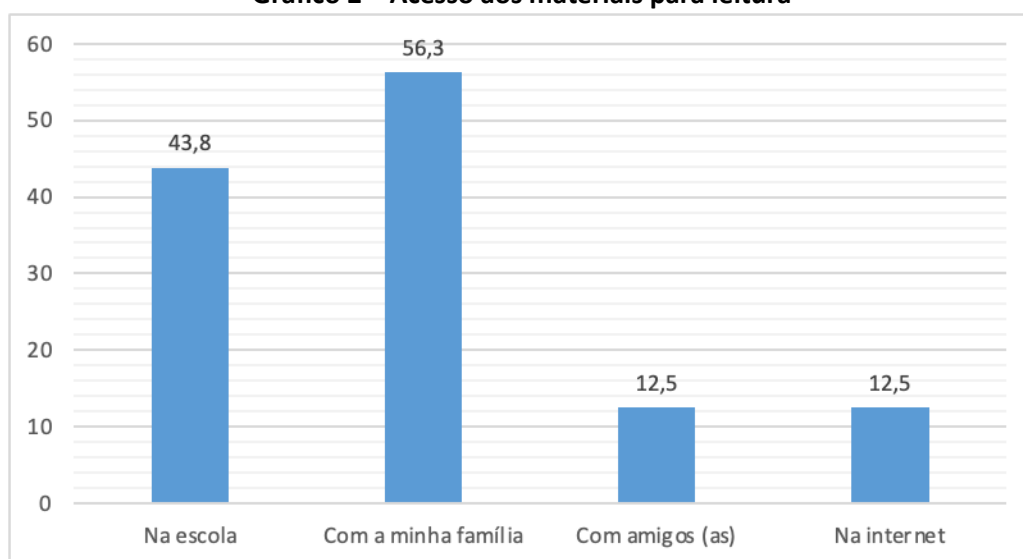
Fonte: Cetic.br (2023).



Ao questioná-los acerca do que costumavam acessar através da internet, as respostas apontam que aproximadamente 68,0% nunca acessam Sites de conteúdos educacionais (Brasil Escola, Escola Kids, Planeta Educação, Blog do Enem, dentre outros), Sites de revistas de grande circulação nacional (Veja, Istoé, SuperInteressante, Cláudia, dentre outros) e Livros eletrônicos e digitais. Por outro lado, mais de 50,0% sinalizaram que acessam pelo menos duas vezes por semana ou está sempre conectado com mídias, tais como o WhatsApp, Instagram e Youtube. Isso revela a tendência da geração Alfa, aqueles nascidos a partir de 2010, de estar conectado às redes sociais digitais. Contudo, reitera a necessidade de se desenvolver competência para usar recursos que colaborem à sua formação, qual seja, literatura infantojuvenil e/ou outros recursos educativos. Nesse cenário, produtos e serviços ofertados por uma biblioteca e/ou unidade informacional seria crucial para o decurso educativo de acesso informacional.

Em relação ao que mais sente satisfação de fazer na escola, 84,0% das crianças dizem que costumam ler livros, revistas e brincar, o que reitera a ideia de que o espaço escolar é usado para acessar e usar informações materializadas, ademais, identifica-se um terreno fértil para a realização de ações culturais, a exemplo da contação de histórias, para congregar a leitura e as atividades lúdicas, as quais lhes agradam.

**Gráfico 2 – Acesso aos materiais para leitura**



Fonte: dados da pesquisa (2023).

No relato dos adultos apresentados na subseção “Percepção dos adultos quilombolas”, constatamos que a prática leitora é limitada, contudo, os resultados inerentes às crianças revelaram que 16 (84,2%) gostam ou costuma ler, enquanto, 3 (15,8%) das crianças informaram não gostar ou não costumam ler. Das 16 crianças que informaram gostar ou costuma ler, 15 (83,3%) narraram que as pessoas na sua casa – pai e mãe, assim como os amigos costumam ler com elas. Percebeu-se também que uma criança apesar de gostar ou costumar ler, ela não é incentivada a praticar esta ação em casa, pois, nenhuma pessoa em sua casa lê com ela. Em contrapartida, 2 das 3 crianças que relataram não gostar de ler, em sua casa, mãe e irmãos costumam ler para elas. Na comunidade existem crianças que os pais ou responsáveis não são letrados e ao serem questionadas onde tinham acesso

aos materiais para leitura, os resultados revelaram que a opção “Com minha família” foi marcada por 9 (56,3%) crianças (Gráfico 2).

Embora as crianças investigadas enquadrem-se no perfil de nativas digitais, a opção “Na internet”, como local onde tinham acesso aos materiais para leitura, foi uma das menos representativas, pois 2 (12,5%) crianças marcaram esta opção. Este resultado pode ter relação com a fragilidade no acesso à internet na comunidade ou porque visualizam a internet como estratégia para ter acesso às mídias sociais, como evidenciado no decurso da pesquisa.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O BiblioQuilombola congrega iniciativas de pesquisa e extensão e tem desenvolvido ações de promoção de competência em informação e práticas leitoras em Comunidades Quilombolas. Nesta oportunidade, apresenta-se uma reflexão acerca de um determinado aspecto, resultado da imersão da equipe do programa, em colaboração com os nativos, da Comunidade Quilombola de Praia Grande, localizada em Ilha de Maré, na cidade de Salvador (BA).

Foi possível compreender a percepção de gerações quilombolas acerca do acesso à informação, na medida em que os adultos sinalizaram a dificuldade enfrentada no tracejado de suas vidas em relação ao acesso à informação, reiterando a necessidade do trabalho na infância, o que de alguma forma, contribuiu para o incipiente acesso a recursos informacionais e, por consequência, a práticas leitoras. Esse *status quo* corrobora para que, eventualmente, não consigam desenvolver competência em informação.

Em relação à percepção das crianças, depreende-se que acessam informações materializadas de maneira direta na escola, contudo, nos seus lares, seus pais costumam ler com e para eles, incentivando, portanto, por meio da mediação à prática leitora. Por outro lado, o acesso direto deles recai sobre as mídias sociais, salientando a relevância do papel mediador no decurso de acesso efetivo a informações que colaborem para a consecução das atividades e reflexões educacionais.

A partir dessas acepções, evidencia-se o papel social do BiblioQuilombola, na medida em que promove ações de práticas leitoras e competência em informação. Torna-se cristalina, logo, a responsabilidade social da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, área ao qual as ações estão atreladas, pois viabiliza o acesso ao conhecimento que são relevantes e colaboram para a emancipação das comunidades estudadas.

## REFERÊNCIAS

ARRUTI, J. M. Quilombos. In: PINHO, O. (org.). **Raça**: perspectivas antropológicas. Salvador: Edufba; Campinas: Ed. Unicamp, 2008. p. 1-33.

BRASIL. **Decreto nº 11.447, de 21 de março de 2023**. Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11447.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11447.htm). Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Fortalecimento dos quilombos é uma prioridade, afirma Anielle Franco. Ministério da Igualdade Racial. **Agência gov**, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/fortalecimento-dos-quilombos-e-uma-prioridade-afirma-anielle-franco>. Acesso em: 31 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas/programa-brasil-quilombola>. Acesso em: 7 set. 2022.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC.BR). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2023**. 2023.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DE QUILOMBOS. Bahia lidera estados com quilombolas. **CONAQ**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/bahia-lidera-estados-com-quilombolas/>. Acesso em: 14 set. 2022.

CORTEZE, F.; JUVÊNCIO, C. H. O fenômeno da internet na religião oral: a influência das mídias sociais no candomblé. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 80-97, jan./jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufri.br/index.php/rca/article/view/48147/29123>. Acesso em: 13 dez. 2023.

COUTINHO, I. V. B. F. Histórias Leitoras Quilombolas: quando a imaginação transvê. In: CONGRESSO DE LEITURA NO BRASIL, 17., 2017, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: ABL 2017. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA2\\_ID\\_1164\\_28092020165126.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA2_ID_1164_28092020165126.pdf). Acesso em: 8 mar. 2022.

FRANCO, A. H. C. Políticas públicas de informação: um olhar para o acesso à internet e para a inclusão digital no cenário brasileiro. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2021. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/163300>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1981.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 167-212.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios. 2023.

LOURENÇO, Francisco António. A função social da biblioteca pública na era da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-16, 2020.  
NIEMEYER, Ana Maria. O Silenciamento do "negro" na auto-identificação étnica: um estudo com adolescentes de duas escolas públicas paulistanas. **RUA**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 43-72, 2002.

PENA, P. G. L.; FREITAS, M. do C. S. de; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de mariscadeiras na Ilha de Maré, Bahia. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3383-3392, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/LzQLcj4srhm8VMK3nz5xTPJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02. jan. 2024.

RODRIGUES, B. O.; REZENDE, T. F.; NUNES, T. G. Movimento Negro e a pauta quilombola no Constituinte: ação, estratégia e repertório. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 198-221, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/gd6QVXVsV3KY8kFSr3KJWjg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 jul. 2022.

SANTOS, E. L.; PIERUCCINI, I. Infoeducação e cultura quilombola: diálogo entre sujeitos e saberes. In: ENCONTRO NACIONAL EM PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: UNB, 2011. p. 1041-1047. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1388?show=full>. Acesso em: 1 fev. 2022.

SANTOS, J. O.; RODRIGUES, K. de O.; FERREIRA, V. B. BiblioQuilombola: um projeto em construção. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35255/1/Artigo%20-%20Jaires%20Oliveira%20Santos.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2023.

SMIT, Johanna. A informação na Ciência da Informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, jul./dez. 2012.

VARELA, Aida Varela. **Informação e construção da cidadania**. Brasília, DF: Universidade de São Paulo, 2007. 167 p.